



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL

Departamento de Compras e Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 025/2026

O **MUNICÍPIO DE PAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n. 01.614.376/0001-59, situado na com sede na Rua Goiás, 400, centro, CEP: 89.765-000, Município de Paial, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADELMO LUIS BRAATZ**, TORNA PÚBLICO que realizará Inexigibilidade de Licitação, na hipótese do art. 74, inciso I, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.

1. OBJETO

1.1. O presente edital tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONFECÇÃO DE KIT UNIFORMES ESPORTIVOS PARA CRIANÇAS PARTICIPANTES DO PROJETO VINCULADO À ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL DO MUNICÍPIO DE PAIAL/SC.**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	KIT DE UNIFORME ESPORTIVO COMPOSTO POR: 01 Camiseta; 01 Calção; 01 Par de meiões; Com identificação visual compatível com o projeto e aplicação das marcas da Chapecoense e do Município de Paial, nos termos das autorizações de uso e do padrão vigente.	120	R\$ 140,00	R\$ 16.800,00

1.2. O objeto está fundamentado no Documento de Formalização de Demanda – DFD, Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR) elaborado pela Secretaria Municipal de Esporte do Município de Paial/SC.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação por meio das entidades públicas segue obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas física e/ou pessoas jurídicas no campo mercadológico distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar a proposta mais vantajosa às contratações.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

(...)

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Como forma de regulamentar o exercício desta atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, revogada em 31 de dezembro de 2023, e a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, mais conhecida como a nova Lei de Licitações e contratos administrativos.

Dessa forma a regra é licitar, entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções gerenciais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, a Dispensa de Licitação e Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de procedimento realizado sob obediência ao estabelecido no art. 74, inciso III, c/c §1º, inciso VI, e § 3º da Lei 14.133/2021, a nova de licitação, onde se verifica umas das ocasiões em que é cabível a inviabilidade de licitação:

É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição nos casos de contratação de profissional de setor artístico consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, in verbis:

[...]

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

De forma muito simples e objetiva, Fernanda MARINELA assim as distingue:

“Quando a disputa for inviável, o certame será inexigível. De outro lado, a dispensa pressupõe uma licitação ‘exigível’ que só não ocorrerá por vontade do legislador. Em termos práticos, o administrador deverá verificar primeiramente se a licitação é exigível ou inexigível, conforme a possibilidade ou não de competição. Sendo assim, afastada a inexigibilidade, passará a verificar a presença dos pressupostos de dispensa da licitação.”

No mesmo sentido a opinião do Ilustre jurista Jesse Torres Pereira Junior (in Comentários a Lei das licitações e Contratações da Administração Pública, Renovar, 3ª Edição, pp. 172 e 173):

"O conceito de inexigibilidade de licitação cinge os interpretes em duas respeitáveis vertentes: (a) a lei descreve hipóteses ilustrativas e admite que de outras, não previstas, possa decorrer a inviabilidade de competição, de forma a configurar a inexigibilidade; mas as hipóteses relacionadas na lei, pelo só fato de constarem da lei, caracterizam a inexigibilidade



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAIAL

Departamento de Compras e Licitações

sempre que ocorrerem, independentemente de, no caso concreto, ser ou não viável a competição; (b) a lei descreve hipóteses que, além de ilustrativos, somente caracterizam a inexigibilidade se, no caso concreto, a competição for inviável; sendo viável, a licitação é de rigor, posto que o traço distintivo entre a exigibilidade e a inexigibilidade é a viabilidade de estabelecer-se, ou não, a disputa."

Na inexigibilidade (art. 74, da Lei de Licitações e Contratos), a licitação seria inteiramente descabida em face da inviabilidade de competição, ou porque o objeto perseguido é singular, não existindo outro similar, ou porque singular é o ofertante do serviço ou o produtor/fornecedor do bem desejado. Em suma, um único particular está em condições de atender ao interesse público. O pressuposto aqui é a própria impossibilidade de competição.

De outro Norte, embora a legislação permita a Contratação Direta, não significa inaplicação dos princípios básicos que orientam a atuação administrativa, nem caracteriza uma livre atuação administrativa. É obrigatório o cumprimento de diversos requisitos, a fim de que a escolha da contratação, recaia sobre empresa com qualificação técnica, que cumpre os requisitos de habilitação, e que apresente a melhor proposta, preservando assim os princípios da contratação pública.

A ausência de licitação não se equivale a uma contratação informal, realizada por quem a Administração melhor lhe aprovar, sem a adoção de cautelas e prova documental condizente e apta a dar suporte e respaldo a via adotada, pelo contrário, a contratação direta exige um procedimento prévio, em que a observância de etapas e formalidades é imprescindível.

Trata-se de um procedimento formal prévio destinado a produzir a melhor escolha possível para a Administração. Pelo exposto, pode a Administração Pública aplicar o artigo 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, contratar diretamente, por Inexigibilidade de Licitação, pessoa jurídica que preencha TODOS os requisitos legais.

3. DA RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA

3.1. Contratada: **MONICA APARECIDA SIVE**, inscrita sob o CNPJ: **10.359.200/0001-99**.

A escolha da empresa **MÔNICA APARECIDA SIVE** para a aquisição de kits de uniformes destinados às escolinhas da Associação Chapecoense de Futebol justifica-se pela exclusividade na confecção dos uniformes oficiais que utilizam a marca, o logotipo e os elementos de identificação visual da referida associação.

A contratada é detentora de **carta de exclusividade e de licença de uso da marca "Chapecoense"**, que lhe confere exclusividade para a confecção dos uniformes destinados às escolinhas da Associação Chapecoense de Futebol, conforme documentação comprobatória apresentada e que deverá integrar os autos do processo de contratação.

Dessa forma, considerando que o objeto pretendido exige a utilização da marca e dos elementos de identificação visual da Associação Chapecoense de Futebol, a escolha da contratada decorre da titularidade dos direitos de uso e da exclusividade comprovada para a confecção dos uniformes específicos, não se tratando de uma aquisição de uniformes comuns, mas de produtos vinculados à identidade visual oficial da associação.

Assim, a contratação direta fundamenta-se no **art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, que prevê a inexigibilidade de licitação quando inviável a competição, especialmente nos casos de



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAIAL

Departamento de Compras e Licitações

aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, desde que devidamente comprovada a exclusividade.

Ressalta-se que a comprovação da condição de fornecedora exclusiva deverá ser realizada mediante a documentação pertinente, observando-se o disposto no § 1º do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, bem como a verificação da autenticidade e da abrangência da carta de exclusividade e da licença de uso da marca apresentadas.

Diante do exposto, considerando a necessidade de aquisição dos uniformes com a identidade visual oficial da Associação Chapecoense de Futebol e a exclusividade comprovada da contratada para sua confecção, **justifica-se a escolha da empresa MÔNICA APARECIDA SIVE** para o fornecimento do objeto, desde que confirmada a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado e atendidos os demais requisitos legais aplicáveis à contratação direta.

4. JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

4.1. Para fins de atendimento ao art. 72, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a composição do valor proposto pela empresa: **MÔNICA APARECIDA SIVE**, mostra-se **compatível com os preços praticados por ela própria em contratações públicas**, bem como coerente com o objeto desta contratação.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1. O crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica, é o seguinte:

Código Reduzido:	144
Órgão:	7 - SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS
Unidade:	3 - GERÊNCIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS
Ação:	2032 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Transportes e Serviços
Vínculo:	150070000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS - IMPOSTOS
Subelemento:	3339030990000000000 - Outros materiais de consumo

6. DOCUMENTOS EXIGIDOS

6.1. A empresa deverá apresentar os seguintes documentos:

6.1.1. Habilitação Jurídica

- a) Proposta de Preços;
- b) Comprovante de Inscrição no CNPJ;
- c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei 12.440/2011);
- h) Contrato Social;
- i) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, obtida no site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>, comprovando a regularidade em relação as certidões integrantes;
- j) Documentos pessoais da representante legal;
- k) Atestados de Capacidade Técnica;
- l) Atestado de Exclusividade

7. VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, contado da assinatura do instrumento contratual ou da formalização equivalente, conforme definido no processo, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. O prazo para entrega dos kits de uniformes será de até 20 (vinte) dias, contado da AF, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.3. Eventual prorrogação deverá ser devidamente justificada, formalizada e amparada nas hipóteses legais aplicáveis, não decorrendo automaticamente de solicitação da contratada.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do serviço.

8.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)3451-0045

e-mail: pregao@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.CNPJ 01.614.376/0001-59



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DAS OBRIGAÇÕES

10.1 São obrigações da Contratante:

- a) pagar à CONTRATADA o valor ajustado referente à prestação dos serviços objeto do presente Termo de Referência,
- b) supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços;
- c) fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente contrato;

11.2. São obrigações da Contratada:

- a) confeccionar e fornecer os kits de uniformes de acordo com as especificações, quantidades, modelos, tamanhos e padrões de identificação visual estabelecidos no Termo de Referência;
- b) utilizar a marca, o logotipo e os demais elementos de identificação visual da Associação Chapecoense de Futebol e do Município de Paial exclusivamente nos limites das autorizações aplicáveis;
- c) entregar os uniformes no prazo e no local estabelecidos pela Administração;
- d) responsabilizar-se pelos custos de confecção, personalização, embalagem, transporte e entrega, conforme as condições da contratação;
- e) substituir, sem custos adicionais para o Município, os produtos que apresentarem defeitos, divergências de tamanho, falhas de personalização ou desconformidade com as especificações, no prazo fixado pela Administração;
- f) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento, nos termos da legislação aplicável;
- g) manter, durante a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- h) cumprir as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, na proposta e no instrumento contratual.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, não ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei 14.133/2021.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAIAL

Departamento de Compras e Licitações

11.1.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

12.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 12.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAIAL

Departamento de Compras e Licitações

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do (s) item (s) prejudicado (s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12.1.1 a 12.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12., bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta é, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAIAL

Departamento de Compras e Licitações

12.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13. CONDIÇÕES GERAIS

13.1. O não cumprimento das obrigações pela contratada resultará nas penalidades previstas em contrato.

13.2. Em caso de força maior que impeça a realização da palestra, poderá ser remarcada ou cancelada, sem ônus para ambas as partes.

13.3. O procedimento será divulgado no Diário Oficial dos Municípios – DOM e no site do Município: <https://paial.atende.net/cidadao>

13.4. Os casos omissos deverão ser dirimidos de acordo com a Lei 14.133/2021.

14. DA DELIBERAÇÃO

14.1. Nada mais havendo a tratar, e tendo em vista todas as condições apresentadas retro, encerra-se o presente Termo de Inexigibilidade. Requer, assim, o devido Despacho para a continuidade da referida contratação, no atendimento dos interesses da Administração Municipal, conforme art. 74, inc. I, da Lei nº 14.133/21.

Sendo desta maneira, assinado pelo responsável da **unidade requisitante** e pela **autoridade superior**, para que produzam seus efeitos legais.

Paial/SC, 23 de outubro de 2026.

ADELMO LUIS BRAATZ:01823660908
Assinado de forma digital por ADELMO LUIS BRAATZ:01823660908
Dados: 2026.10.23 17:03:53 -03'00'

ADELMO LUIS BRAATZ
Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL**

Departamento de Compras e Licitações

DESPACHO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Considerando os documentos e as justificativas constantes do Processo Administrativo nº 023/2026, especialmente a demonstração da inviabilidade de competição, a razão da escolha da contratada, a justificativa do preço e a comprovação da disponibilidade orçamentária, e com fundamento no art. 74, inciso I, combinado com o art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, **AUTORIZO a contratação direta por inexigibilidade de licitação** da empresa **MÔNICA APARECIDA SIVE**, inscrita no CNPJ nº **10.359.200/0001-99**, para o fornecimento de 120 (cento e vinte) kits de uniformes esportivos, pelo valor total de R\$ 16.800,00, desde que atendidas as condições e exigências constantes dos autos.

Determino a adoção das providências necessárias à formalização da contratação e à divulgação do ato nos meios oficiais pertinentes.

(X) Homologo a realização da despesa.

() Indefiro a realização da despesa.

ADELMO LUIS
BRAATZ:01823
660908

Assinado de forma
digital por ADELMO LUIS
BRAATZ:01823660908
Dados: 2026.10.23
17:04:12 -03'00'

ADELMO LUIS BRAATZ
Prefeito Municipal